

Foto: Marcelo Nino / GLO, Casa Branca, AFP, Reuters / Eyedea

MARCELO NINO

@marcelo_nino
marcelonino@globo.com.br

Trump 2 e a China

Depois de vencer todas as prévias republicanas disputadas até agora, Donald Trump parece ter o caminho livre para conquistar a reeleição no próximo ano. E, se eleito, ele enfrentará o atual presidente, Joe Biden, nas eleições americanas de novembro. A possível volta de Trump à Casa Branca divide opiniões na segunda maior economia do mundo, mas as divi-

das convivem com um consenso: para os chineses, é a confirmação de que o confronto com os EUA está numa trajetória sem volta. Biden navega no tom, mas não na essência. Mantive as tarifas impostas pelo governo Trump que deram a largada na guerra comercial e, além disso, com restrições ao acesso de tecnologias avançadas para a China. As medidas reforçam a determinação do governo chinês em investir na indústria nacional e posicionar a segurança no topo da agenda. A competição com os EUA supera até o crescimento econômico como prioridade. O último encontro entre Biden e o presidente chinês, Xi Jinping, no fim do ano passado, abriu um pouco a tensão bilateral, demonstrando o interesse mútuo em evitar uma escalada. Nem mesmo a vitória na eleição presidencial em Taiwan de Lai Ching-te, próximo dos EUA e visto por Pequim como um separatista perigoso, foi capaz de abalar a relativa calma nas relações. Mas todos sabem que a maré estava sujeita a mudanças súbitas. Um incidente recente envolvendo a Guarda Costeira de Taiwan que deixou dois

pescadores chineses mortos elevou a temperatura no estreito e nos gabinetes do governo em Pequim. Em resposta, o governo chinês ampliou suas patrulhas marítimas ao redor do arquipélago de Kinmen, que faz parte do território taiwanês e fica a poucos quilômetros da China continental. Foi mais um de uma série de episódios nos últimos anos que ilustraram o risco de uma deflagração involuntária. Trump parece ter menos impedimento de defender Taiwan de um eventual ataque de Pequim à ilha, cuja reunificação com o continente é declarada como inevitável, conforme reiterou há pouco o chanceler chinês, Wang Yi. Mas o possível rival de Biden na eleição presidencial tem outros planos que intensificam o atrito entre as potências e a instabilidade econômica global. Caso eleito, Trump pagaria que considerará a imposição de tarifas de até 66% nas importa-

ções da China, muito além do teto de 21% aplicado quando ocupou a Casa Branca. Admirado por muitos na China por seu suposto pragmatismo e tino empresarial antes de sua eleição em 2016, Trump ainda tem fôlego no país, mas hoje ele atrai principalmente insultos nas redes sociais. Para os chineses, a eleição americana é antes de tudo "uma forma de entretenimento", escreveu Ding Gang, colunista do Diário do Povo. É uma atração um tanto mórbida, reconhece Ding, já que a vitória de Trump "complicaria ainda mais as relações com a China". A julgar pelas ideias que emanam do círculo próximo do republicano, esta parece ser a intenção. Robert Lighthizer, representante de Comércio dos EUA durante o governo Trump, não mede palavras ao se referir ao rival asiático em seu novo livro, "Nenhum comércio é livre". Qualquer política econômica deve estar centrada em conter a "ameaça existencial" que a China representa para os EUA, afirma Lighthizer. Será esse o turbulento ponto de partida diplomático se os americanos optarem por uma segunda temporada de Trump.

Brasil quer fundo anual de US\$ 79 bilhões contra a fome

Proposta faz parte das discussões para criação de Aliança Global, bandeira do governo Lula na presidência do G20

ALICE CRATO
alice.crato@globo.com.br

Trilha de Sherpas — formada por emissários pessoais dos líderes dos países do G20, formado pelas 19 nações mais ricas do planeta e mais a União Europeia e a União Africana. Ao todo, 54 delegações, além de fóruns e organismos internacionais, participaram das reuniões do grupo de trabalho sobre o assunto.

Uma das principais bandeiras da presidência brasileira no G20, a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza deve ter três linhas para financiamento, de acordo com proposta do grupo técnico construída após as primeiras reuniões na semana passada, em Brasília. A primeira é um fundo de US\$ 79 bilhões (R\$ 393,48 bilhões) por ano, seguindo uma projeção apresentada pelo Banco Mundial como o montante necessário para um esforço "potente" na área. A segunda linha é a troca de dívidas por investimento, chamada *debt swap*, e, por fim, melhores condições de acesso a créditos e financiamento. As propostas, agora, serão avaliadas pela Trilha de Finanças — responsável pelos debates econômicos — e pela

Trilha de Sherpas — formada por emissários pessoais dos líderes dos países do G20, formado pelas 19 nações mais ricas do planeta e mais a União Europeia e a União Africana. Ao todo, 54 delegações, além de fóruns e organismos internacionais, participaram das reuniões do grupo de trabalho sobre o assunto. Para atrair recursos para esse fundo, há alternativas como aporte de países ricos e também tributação global dos mais ricos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ao GLOBO, em entrevista publicada no domingo, que pretende apresentar uma proposta de taxa global para os mais ricos na reunião dos ministros das Finanças e chefes dos bancos centrais do G20 nesta semana em São Paulo. O Brasil também busca aportes privados para esse fundo. Liderando as discussões sobre a Aliança Global, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Wellington Dias, citou fundos contra mudanças climáticas como exemplo:



Esforço global. Mães com bebês esperam atendimento em um centro para crianças desnutridas em Bafoa, na Somália. A ideia é replicar experiências post-vias

— O Brasil quer abrir esse diálogo. Na área ambiental já assim: alguns países colocam dinheiro no fundo do clima, mas também tem empresas que colocam recursos. A gente vai ter que acertar como se dialoga com esses credores, empresários que têm investimentos em vários países, por exemplo — afirmou Wellington Dias ao GLOBO.

BANCO MUNDIAL E FMI
A reforma da governança global, proposta brasileira que inclui mudanças no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, também é apontada pelo ministro como saída para financiar países pobres com taxas de juros mais baixas e menos contrapartidas.

Pelo desenho, a Aliança Global terá uma cesta de experiências já praticadas, com resultados positivos para o combate à fome e à pobreza, que seriam abraçadas pelos países-membros. As nações seriam divididas em três grupos: os mais desenvolvidos, que além de cumprir suas próprias metas vão também ajudar outros países; um segundo grupo, com países que vão cumprir sua meta, mas precisam de suporte para auxiliar outros países; e, por fim, os países menos desenvolvidos, que precisam de ajuda para bater suas metas.

Dias afirma que o grupo caminha para o entendimento de que a transferência de renda, como o Bolsa Família, seja uma das alternativas mais eficazes para o combate à fome e à pobreza. A discussão, agora, é se as condições, no mesmo formato do programa brasileiro seriam aplicadas. Programas como os voltados para merenda escolar e qualificação profissional também estão sendo considerados.

BUSCA DE ADESAO ROBUSTA
Focado na agenda do G20, o ministro tem dedicado boa parte do seu tempo em atrair apoio do maior número possível de países para a Aliança Global. A ideia é que eles não só participem com sugestões, mas que também já haja uma adesão robusta a partir de julho. — Estamos trabalhando para que os países ou fóruns participem da fase de cons-

os ataques do 11 de Setembro de 2001 contra os EUA, com os países participando de ações contra a rede terrorista al-Qaeda no Afeganistão e Paquistão. Apesar de não compartilhar fronteiras físicas com a Rússia, a entrada da Suécia na Otan permite um controle quase completo do Mar Báltico, uma rota naval estratégica onde ficam alguns dos portos mais importantes da Rússia: Kaliningrado e São Petersburgo. A candidatura da Suécia foi apresentada em 2022, junto com a da Finlândia, já aceita em abril de 2023. A decisão dos dois países de romperem uma neutralidade histórica foi motivada pela invasão russa da Ucrânia em fevereiro de 2022.

Hungria retira veto e aprova entrada da Suécia na Otan

Parlamento húngaro vota a favor após Orbán aparar arestas com Estocolmo e obter liberação da venda de caças Gripen ao país

REPORTAGEM DE ESPECIAL

O Parlamento da Hungria aprovou, ontem, a entrada da Suécia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), derrubando o último obstáculo para a adesão do 32º membro da principal aliança militar do Ocidente, liderada pelos EUA. A decisão veio dias depois de o premier Viktor Orbán se reunir com o chefe do governo sueco para apazigar as últimas diferenças.

O projeto foi aprovado por 188 votos a seis — até agora, os húngaros vinham expressando uma firme oposição à entrada da Suécia na Otan. Pelas regras da aliança militar, a adesão de um novo país precisa ocorrer com o aval de todos os demais membros. "Agora que todos os aliados aprovaram, a Suécia se tornará o 32º aliado da Otan", escreveu o secretário-geral da aliança, Jens Stoltenberg no X (antigo Twitter). "A adesão

da Suécia nos tornará mais fortes e mais seguros." Até o mês passado, os suecos enfrentavam a oposição também da Turquia, com quem Estocolmo conseguiu resolver temas em aberto, obtendo o apoio desejado. Com a Hungria, o sinal verde foi dado na semana passada, em visita de Orbán a Estocolmo, durante a qual os suecos concordaram com a venda de quatro caças Gripen aos húngaros. Durante o anúncio, o premier disse

que, após as negociações finais, estava aberta uma "nova fase de cooperação entre a Hungria e a Suécia". — Ser um membro da Otan significa que estamos prontos para morrer uns pelos outros. É baseado no respeito mútuo. Conduzir esse processo em um ritmo apropriado foi o objetivo — disse Orbán, na semana passada, ao lado do premier sueco, Ulf Kristersson.

Ao comentar a aprovação no X, ontem, Kristersson disse tratar-se de um "dia histórico" e que a Suécia "está pronta para assumir suas responsabilidades em matéria de segurança e euclatância". Pelo Artigo 5 do Tratado do Atlântico Norte, que rege a organização, o ataque a um dos membros deve ser considerado uma agressão a todos, que têm o compromisso de entrar na defesa do país agredido. Em mais de sete décadas de existência da Otan, a única invocação do artigo aconteceu após